

SINDICATO DOS MUNICIPAÉRIOS DE PORTO ALEGRE

# Simpa

**LUTA E RESISTÊNCIA EM DEFESA  
DO SERVIÇO PÚBLICO E DA CIDADE  
2017**

# VAMOS COMBATER O ASSÉDIO

**EXIGIMOS O FIM DAS PERSEGUIÇÕES**

O Simpa atua de maneira incisiva para repelir qualquer abuso do poder disciplinar e recomenda que as denúncias sejam levadas pela categoria ao conhecimento do Sindicato.



**[ EDITORIAL**

# A LUTA PELA CIDADE

Esta revista, a primeira da diretoria do Simpa 2016/2019, procura apresentar, de forma sucinta, toda a luta dos municípios, desde o início da administração do prefeito Marchezan Júnior (PSDB) e, mesmo antes deste assumir, em janeiro de 2017.

O ano foi difícil para os municípios, mas não só para nós, como para todos os trabalhadores (mesmo para os que vivem à margem de um trabalho formal). Foi um ano de retirada de direitos e conquistas recentes da classe trabalhadora. Muitos desses direitos foram confiscados pelo governo da República (principalmente a Reforma Trabalhista), ou do Estado (com o fechamento de fundações e consequente fechamento de milhares de postos de trabalho) e da Prefeitura (não reposição da inflação; sucateamento da cidade como um todo; ataque direto à carreira dos servidores; ataques à Educação, à Saúde, à Assistência Social, ao Saneamento e Esgoto, às políticas públicas, em geral; terceirização crescente para forçar a privatização, etc.).

Temos que nos dar conta de que o ataque aos direitos dos

## MANTER E AVANÇAR EM DIREITOS É GARANTIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA A POPULAÇÃO

mais pobres, aos assalariados, se dá no plano internacional pelo ultraliberalismo na disputa dos frutos da produção social e da renda pública, assim como no plano federal, estadual e municipal e só poderá ser reduzido, mesmo estancado, se estivermos ao lado da população mais pobre. O ataque à Síria, aos funcionários públicos de São Paulo, a execução de Marielle Franco (embora com intensidades e resultados diferentes), são exemplos claros do que estamos enfrentando. No ano passado, sentimos isso na carne, aqui em Porto Alegre, e teremos mais, logo aí na frente.

É preciso entender que só poderemos garantir nossos direitos, inclusive monetários, se defendermos um melhor nível de vida para essa maioria e estivermos juntos defendendo suas reivindicações por melhores condições de vida, pela redução do preço da passagem e por um

## ÍNDICE:

**#DISPUTA DA CIDADE PÁG. 4**

**#NOVA GESTÃO PÁG. 12**

**#LUTA NA CÂMARA E NA JUSTIÇA PÁG. 14**

**#GREVE HISTÓRICA PÁG. 18**

**#LUTA NA RUA PÁG. 28**

transporte de qualidade, pelo direito à moradia digna, à saúde, à educação, à assistência social, a uma água de qualidade. Temos que tornar nossa a pauta de reivindicações da cidade, em especial, a da população mais pobre. Esse é o nosso desafio. Esse é o caminho de nossa vitória.

# ONDE ESTÁ O DINHEIRO DE PORTO ALEGRE?

SIMPA COBRA A ABERTURA DAS CONTAS POR PARTE DA PREFEITURA

O governo municipal diz que a cidade não tem dinheiro. A troco disso, justifica o parcelamento de salários dos servidores e não pagou sequer a reposição da inflação dos municipais, em 2017. A primeira medida de Marchezan Júnior, antes mesmo de sua posse, foi sugerir a ampliação do prazo de desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ocasionando atraso no pagamento do 13º salário dos servidores, em 2016. No mesmo momento, o Simpa entrou com ação no Tribunal de Contas do Estado (TCE), que negou alteração no prazo e o salário foi pago em dia.

Dali por diante, o prefeito declarou aos veículos de comunicação da cidade que as contas da Prefeitura não poderiam bancar todo o funcionalismo e que os salários seriam parcelados. No início de 2017, propôs à Câmara de Vereadores, sem nenhum diálogo com a população, uma reforma administrativa, que extinguiu e uniu secretarias, promovendo o desmonte da máquina pública. Seus argumentos estavam sustentados em um Power Point feito pela empresa Comunitas/Falconi, contratada como consultoria do município e que desconhecia o funcionamento da Prefeitura.

## CRISE NÃO COMPROVADA

O Simpa, por meio da assessoria do Departamento Inter-



[ Antes da posse, categoria já iniciava intensa luta contra o assédio e a conjuntura de ataque aos trabalhadores ]

sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentou um demonstrativo do comprometimento da folha de pessoal da Prefeitura, mostrando que Porto Alegre está quase 5,3 pontos percentuais abaixo do limite “prudencial” de gastos, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para chegar ao limite prudencial da lei, a Prefeitura teria que gastar R\$ 2,9 bilhões, mas, em 2016, gastou R\$ 2,6 bilhões. Porto Alegre, nos últimos cinco anos, não atingiu o limite de alerta fixado na LRF.

Também foram questionadas as informações do Portal da Transparência da Prefeitura e dos relatórios do ano anterior do próprio governo. Onde foi parar o superávit de R\$ 21 mi-

lhões, anunciado em 2016? De acordo com os técnicos da administração municipal, **os gastos com pessoal também não ultrapassaram o limite prudencial de 51,30% da Receita Corrente Líquida (RCL), estando em 49,22%.**

Era a palavra do governo contra a dos trabalhadores. Nas reuniões com o Simpa, o prefeito não quis ouvir a outra versão. Em maio de 2017, veio a primeira vitória da categoria: a 5ª Vara da Fazenda Pública concedeu liminar ao Simpa contra o parcelamento de salários, conforme determina a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 39. Mas, desrespeitando a decisão judicial, em junho, Marchezan iniciou o parcelamento de salários.

# PARCELAMENTO É POLÍTICO

## OS MUNICIPAÍRIOS NÃO VÃO ACEITAR A POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CIDADE!

Em junho, quando Marchezan iniciou o parcelamento, o Portal da Transparência apontava situação financeira superavitária da Prefeitura. O município arrecadou mais de R\$ 2,8 bilhões, até o dia 28/6, e pagou, em contas, cerca de R\$ 2,3 bilhões, restando em caixa mais de R\$ 477 milhões. A decisão do prefeito não é justificada pela demonstração contábil. Novamente, o Simpa acionou a Justiça e entrou com agravo no Tribunal de Justiça do RS, com cópia ao Ministério Público, comunicando ao juiz de primeiro grau eventual crime por descumprimento da decisão do TJ, solicitando multa ao prefeito e medida que o obrigue a cumprir a decisão liminar.

O magistrado acolheu a fundamentação do Simpa, fixando multa diária ao município de Porto Alegre no valor de R\$ 10 mil, caso a decisão não seja cumprida em 48 horas. Além disso, foi

determinado que o Ministério Público (MP) fosse oficiado para apurar eventual crime de desobediência pelo descumprimento de ordem judicial. Mesmo assim, os parcelamentos continuaram nos meses seguintes. Com o objetivo de cobrar uma posição dos órgãos quanto à situação real das finanças municipais, o Simpa encaminhou pedido de informações ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). No dia 8 de setembro, o Sindicato foi recebido pelo ouvidor do TCE, Cezar Miola, e, no dia 11, o Simpa procurou o Ministério Público de Contas (MPC). O movimento culminou na entrega de ofício no TCE, reforçando a solicitação destas informações.

### AUDITORIA NA PREFEITURA

O MPC pediu ao TCE auditoria sobre as disponibilidades financeiras para a efetuação do pagamento dos salários no pra-

zo legal, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, e solicitou que, caso haja recursos, os mesmos sejam utilizados integralmente para pagar os servidores. Em resposta, o **TCE apresentou relatório no qual aponta que o parcelamento ocorrido em junho e julho não foi justificado financeiramente.** Nas conclusões, o documento ainda reforça que a Prefeitura não disponibiliza as informações para o correto acompanhamento do fluxo de caixa. As informações apresentadas pelo governo não permitiram que os questionamentos feitos ao Tribunal fossem integralmente respondidos.

O Simpa já provou que o parcelamento não é justificado financeiramente. No próximo período, é esperado que o governo cumpra a lei e que apresente os dados solicitados pelo TCE para avaliação do caixa da Prefeitura.

Foto: Mariana Pires



Foto: Mariana Pires



**[ Municipários, organizados junto ao Sindicato, enfrentaram com mobilização nas ruas e com medidas judiciais a política nefasta do prefeito ]**

# EDUCAÇÃO RESISTE

## ROTINA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DESRESPEITADAS

As medidas impostas pelo governo também chegaram à Educação. Em fevereiro de 2017, a Secretaria Municipal de Educação (Smed) anunciou mudanças no regime de trabalho do magistério. Os professores deveriam chegar às 8h e sair às 12h, retornando às 13h30, com registro de saída às 17h30, vedando a prática de compensação

dos horários. Ou seja, os alunos perderiam 25 minutos de aula por semana e as reuniões pedagógicas seriam inviabilizadas.

Com a medida, o governo não respeitou a gestão democrática, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a legislação da merenda escolar e perdeu recursos do contrato firmado com o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) para o Programa de Melhoria da Qualidade da Educação, que envolve cerca de R\$ 160 milhões.

### FÓRUM DA UNIDADE

Para enfrentar o ataque, Simpa e Atempa lançaram o Fórum Municipal em Defesa da Educação Pública e os servidores da área promoveram diversos protestos e ações. Ao mesmo tempo, a direção do Sindicato encaminhou denúncia ao Ministério Público de Contas do RS sobre as alterações. Juntas, as entidades mobilizaram toda a comunidade escolar e mantiveram as rotinas escolares, já definidas nos Conselhos Escolares, em 2016, até o dia 29 de junho, quando foi o prazo limite para implantação. Mesmo com a ação de Marchezan para reduzir a oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), os educadores também lutaram e foram vitoriosos na defesa da permanência das matrículas, em 2017.

O ano letivo do ano passado foi encerrado com déficit de mais de 200 professores nas mais de 50 escolas de ensino fundamental, repasses de verbas federais represados e contas do Fundeb e outros ainda não reveladas ao TCE. O governo deixou expirar os concursos públicos e não realizou outros novos com o claro interesse de acabar com a carreira docente em Porto Alegre.

Foto: Mariana Pires



*[ Assembleias massivas e apoio das comunidades escolares fortaleceram movimento de resistência ]*



Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Mariana Pires

# UM ANO EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

## SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SANEAMENTO E ESGOTO SOFREM CONSTANTES ATAQUES

Além de lutar pela pauta específica dos servidores municipais, a direção do Simpa tem como missão defender as políticas públicas da cidade, construídas com diálogo e participação democrática. É triste ver Porto Alegre abandonada, com os aparelhos estatais sucateados, com desvalorização dos servidores, com destruição de secretarias e serviços. Só no último ano, a população perdeu o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), o Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais (Gades) e as secretarias SMACIS, SMDH, SME, SMTE, SMJ, SMIC, SMTur, SMURB,

SMAM, SEDA, SMOV, SMT, SMA, MPEO, SMGes e SMGL, que foram extintas pelo governo.

A extinção da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) gerou grande comoção da cidade. O Simpa integrou o movimento #SomosTodosSME, que organizou debates, aula pública, ocupação, atos e compareceu à Câmara de Vereadores até o fim da votação. Para resolver o apelo popular, uma emenda definiu que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social se tornará a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte.

Outra surpresa apresenta-

da pelo governo foi a destruição do Orçamento Participativo. A iniciativa, pioneira no Brasil, garantia a participação popular nas decisões de investimentos da cidade. Para a população de Porto Alegre, que num passado recente foi exemplo de diversidade e berço do Fórum Social Mundial, os tempos recentes apresentaram-se duros, autoritários e antidemocráticos. O corte das políticas municipais aumentou a falta de segurança em um dos maiores bairros da cidade, a Restinga. Lá, municipais mobilizaram-se, junto com a comunidade, em prol de mais Guardas Municipais.

Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Tiago Morbach



**VAMOS COMBATER O ASSÉDIO**  
**A LIVRE MANIFESTAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS.**

[www.simpa.org.br](http://www.simpa.org.br) [www.facebook.com/simpapoa](https://www.facebook.com/simpapoa) 

## DENÚNCIAS NA SAÚDE

Foto: Sílvia Fernandes



*[ Na SMS, faltam concursos e as condições de trabalho são precárias ]*

A saúde também está lutando para garantir um atendimento de qualidade à população. É inadmissível aceitar a situação denunciada pelo Simpa após uma visita de fiscalização na Saúde Mental do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (Pacs), em janeiro de 2017. No local, com capacidade para 14 pessoas, estavam internados 24 pacientes em condições precárias: atendimento técnico de enfermagem reduzido pela metade, apenas três técnicos de enfermagem – quando a necessidade é de seis profissionais –, pacientes deitados no chão, homens e mulheres internados na mesma ala e equipamentos em condições inadequadas.

A falta de profissionais técnicos também é realidade no Hospital de Pronto Socorro (HPS). A falta de recursos humanos obriga que as escalas de plantão sejam feitas com horas extras, gerando a sobrecarga de trabalho, falta de

repouso, adoecimento do servidor. Também acarretam o atendimento precário à população.

O Simpa encaminhou denúncia à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, pedindo a responsabilização do município pela falta de manutenção na estrutura física e de RH no HPS.

A situação é igual no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV), e ocasionou o fechamento parcial da emergência pediátrica. Mesmo com concursos abertos, o governo não convoca trabalhadores e precariza o atendimento à população. A política de sucateamento dos ser-

**No Portal Transparência, é possível conferir que:**

- \* Entre cargos de auxiliar, técnico de enfermagem e enfermeiro, há 142 vagas para serem preenchidas, mas a defasagem é ainda maior.**
- \* Dos 105 enfermeiros necessários, há somente 70.**
- \* No cargo de técnico de enfermagem são necessários 487 servidores, mas somente 334 estão lotados no hospital.**
- \* Apenas quatro servidores se revezam na escala da UTI.**

viços de Saúde é uma porta aberta para a terceirização e o Simpa repudia este posicionamento.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL PEDE AJUDA

Concursos públicos não se vê há tempos. Nem os concursados já nomeados da Fundação de Assistência Social (FASC) foram chamados. A FASC é um dos maiores casos de sucateamento e desorganização da gestão Marchezan. Os municípios denunciavam, constantemente, a falta de telefone, internet e materiais de trabalho no CRAS, CREAS, CDIs,

Centros POP e abrigos de crianças e adolescentes, famílias e adultos em situação de rua. No ano passado, a Fundação ficou sem entrevistadores sociais do Cadastro Único para o Programa Bolsa Família, sem vigilantes, porteiros, trabalhadores do serviço de limpeza, oficineiros e, até, sem alimentação para os usuários nos serviços de convivên-

cia, abrigos, albergues e outros. Sem contar a falta de pagamento aos trabalhadores terceirizados.

Na atual gestão, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), iniciado em 2010, não teve continuidade.

*[ Trabalhadores da Fasc lutam em defesa do Suas, como uma política de Estado e não de governos ]*



# SIMPA DESMASCARA PREFEITURA NOS BAIRROS

PROTESTOS MOSTRARAM À POPULAÇÃO  
CARÁTER COSMÉTICO DOS PROGRAMAS

Ao longo do ano, o Simpa e os municípios desmascararam o evento “Prefeitura nos Bairros”, da gestão Marchezan Júnior, por se tratar de um programa que maquia os problemas da cidade e reduz o papel do poder público e dos servidores a mero assistencialismo. Muitos protestos da população e baixa adesão ao evento constatarem a impopularidade do prefeito, que, na maioria das vezes, era recebido com vaias.

O projeto leva para os locais

mais humildes da cidade serviços como corte de cabelo, adoção de animais, segunda via de documentos, etc., em parceria com as empresas que querem angariar recursos públicos para os seus negócios. O Simpa marcou presença desde a primeira edição para denunciar esta farsa, pois a Prefeitura está maquiando os serviços, sem qualificar de verdade a Educação, Saúde, Assistência Social, Saneamento e demais necessidades da ci-

dade através de investimento em políticas públicas efetivas.

Na tentativa de silenciar a voz dos municípios, o governo acionou a Justiça para proibir a presença do Simpa no “Prefeitura nos Bairros”. Mas, mesmo impedido, o Sindicato seguiu indo às comunidades para dialogar sobre o governo Marchezan, que, na verdade, não quer resolver os problemas estruturais da cidade, pois tem o objetivo de vender os serviços.

Foto: Mariana Pires



*[ Prefeitura nos bairros é política fake do prefeito Marchezan, que destina migalhas às comunidades mais necessitadas ]*

Foto: Mariana Pires



## NO FIM DO ANO, UMA VERGONHA!

Em dezembro de 2017, foi lançado pelo governo, no Cine Capitólio, a portas fechadas, um filme sobre o “Prefeitura nos Bairros”, com a presença de secretários e funcionários comissionados. Do lado de fora da sessão, municípios protestavam e denunciavam aos cidadãos a mentira que vive o governo municipal, enquanto os gestores brindavam com champanhe a miséria da cidade.

## TERCEIRIZAR PARA QUEM?

O Simpa não concorda com a privatização porque está provado que ela aumenta a corrupção e desvaloriza os trabalhadores, através de contratos terceirizados. No ano passado, um grupo de terceirizados da Prefeitura procurou o Sindicato, solicitando apoio. Eles estavam sem receber seus salários e benefícios com regularidade há vários meses. Essas denúncias se repetem

em diversos locais de trabalho.

A Tribuna Popular da Câmara de Vereadores recebeu o Simpa para debater o assunto. O Sindicato lembrou as várias irregularidades por parte das empresas terceirizadas na prestação dos serviços. Por exemplo, a falta de trabalhadores conforme o número previsto nos contratos. Neste caso, foram abertas seis sindicâncias.

# O PREVIMPA É NOSSO!

## SIMPA LUTOU PARA EVITAR AUMENTO NA PREVIDÊNCIA

Com regime de urgência, o prefeito enviou, em abril, o Projeto de Lei Complementar 04/17, que aumentou de 11% para 14% a alíquota de contribuição ao Previmpa. Durante sua tramitação, a categoria se mobilizou para fazer frente à proposta. O cálculo atuarial 2017, divulgado pelo Simpa e Previmpa, demonstra que não havia necessidade de aumento da alíquota de contribuição para 14%. Ou seja, ficou demonstrado

que a nova alíquota era, na verdade, um confisco de 3% dos salários e uma tentativa do prefeito de fazer caixa em cima dos servidores.

Mesmo com pareceres contrários ao PL do Conselho Administrativo do Previmpa, da Procuradoria Geral da Câmara, da Comissão de Constituição e Justiça e do próprio cálculo atuarial elaborado pelo Departamento de Previdência, Marchezan insistiu em atacar, mais uma vez, o funcionalismo.

Foto: Sílvia Fernandes



**[ Ocupação foi último recurso de luta para barrar o aumento da contribuição ]**

## OCUPAÇÃO DA CÂMARA

Os municipais mostraram força e disposição de luta. No dia da apreciação do projeto, 05/07, ocuparam o plenário da Câmara, pressionando os vereadores a votarem contra o PL 04/17. A ocupação foi a última instância dos trabalhadores perante o autoritarismo do governo, que atropelou

a Constituição, as leis, a autonomia e competência do Previmpa e a própria ordem regimental do Legislativo, tornando nulo os pareceres das instâncias da casa.

Naquele ato, os municipais impediram a votação, mas o rolo compressor governista pressionou a realização de uma

**PARA BARRAR O AUMENTO,  
FOI MOVIDA AÇÃO DIRETA  
DE INCONSTITUCIONALIDADE  
CONTRA A LEI 818/17, AINDA  
SEM RESPOSTA DA JUSTIÇA**



**[ No final do ano, uma boa notícia: nas eleições dos conselhos de Administração e Fiscal do Previmpa, municipais garantiram representação, com 10.333 votos ]**

sessão clandestina, que aprovou o PL. Para barrar o aumento, o Simpa moveu Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei 818/17, para a qual ainda não obteve resposta da Justiça. Na Adin, o Sindicato questionou o não cumprimento de requisitos que justificassem o aumento.

# UNIDADE CONQUISTADA JUNTO ÀS DEMAIS REPRESENTAÇÕES MUNICIPAIS

## ARTICULAÇÃO DO SIMPA FOI FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DA LUTA

Sem dúvidas uma ação que fortaleceu a categoria durante o ano passado foi a articulação municipal, proposta pelo Simpa, por meio da criação da Frente em Defesa dos Serviços Públicos e do Fórum Sindical dos Municipais. Lançada em 11 de janeiro de 2017, a frente reuniu outras entidades representativas dos municipais para combater, em unidade, os ataques ao funcionalismo. As entidades estiveram juntas na data-base dos municipais da Capital e na construção de uma greve geral, com formação de comitês por bairros para dialogar com as comunidades e envolvê-las na defesa dos serviços públicos e dos direitos. Também participaram da greve de 40 dias dos municipais e intensificaram a mobilização na cidade.

Em unidade histórica, os médicos municipais filiados ao Simers aderiram às paralisações do Simpa, mantendo apenas atendimentos de emergência. O entendimento do diálogo entre as diversas instituições representativas e a diplomacia entre as categorias fortaleceu a luta dos trabalhadores no período e foram pontos estratégicos para as vitórias classistas.

Já o Fórum Sindical dos Municipais foi firmado pelos sindicatos com base nos municipais de Porto Alegre, com

reuniões semanais, todas as quartas-feiras, no Simpa. Juntos, travaram planos e estratégias de luta que se mostraram acertadas, como, por exemplo, focar esforços no diálogo com a Câmara de Vereadores para barrar os projetos do Executivo.

**Sindicatos que compõem o Fórum:**

**SIMPA, SIMERS, SERGS, SINDJORS, SENGE, SEMAPI, SINDSAÚDE, SINDPPD/RS, SINDCÂMARA, SINDISEPE/RS, RADIALISTAS/RS**

### “A PEDIDO” FOI DOCUMENTO HISTÓRICO

Em ação conjunta das entidades que compõem a Frente Municipal em Defesa dos Serviços Públicos, foi publicado, em

março de 2017, no jornal Correio do Povo um “a pedido” que formalizou a unidade para a cidade. Confira:

**A PEDIDO**

## **FRENTE MUNICIPAL EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

A administração Marchezan se alinha à onda liberal imposta pelos governos federal e estadual. Pretende inverter a lógica da gestão pública em Porto Alegre, privilegiando o setor privado.

Alegando economia de recursos, a anunciada reforma administrativa do prefeito planeja a redução de serviços e a supressão de direitos básicos da população e dos servidores. Isso significa menos qualidade na educação, prejuízo na oferta universal de serviços de saúde, precarização da política de assistência social e da fiscalização de preços do transporte público, atraso de salários.

A defesa destes direitos e conquistas e o combate às perdas anunciadas é um ato de cidadania de toda a população, não apenas um dever de servidores públicos. Esta é a razão de constituirmos a Frente Municipal em Defesa dos Serviços Públicos.

Marchezan quer promover o sucateamento do patrimônio da cidade. Prepara o terreno da terceirização e da privatização, que são portas de entrada para a corrupção. Com o mesmo objetivo, ameaça atraso e parcelamento de salários para inviabilizar a prestação dos serviços devidos aos cidadãos. Alardeia o caos e promove a insegurança na cidade e entre os trabalhadores do município e suas famílias. Na mesma lógica, compactua com a propaganda enganosa contra a previdência pública e por conveniência faz coro às denúncias de “rombo” nas contas.

É nosso dever, para além da luta pelo direito ao pagamento do trabalho prestado, agir em defesa de Porto Alegre, do controle público dos serviços e dos direitos duramente conquistados pela luta popular.

Convidamos a cidade a somar apoio à proposta da Frente Municipal em Defesa dos Serviços Públicos e pela realização imediata de Auditoria das Contas de Porto Alegre.

**SIMPA, SINDISERF/RS, SENGE, SINDIFARS, ASTEC, ATEMPA, ASHPS, ASSMS, ASTA, CUT, CTB, CSP/Conlutas, Intersindical**

#NOVA GESTÃO

# SEM ASSÉDIO, SEM MORDAÇA: NOVA DIREÇÃO MUDA OS RUMOS DO SIMPA

DESAFIO DE ENFRENTAR GOVERNO NEOLIBERAL E ANTIDEMOCRÁTICO NÃO INTIMIDA O SINDICATO

Ao tomar posse, em outubro de 2016, a atual direção do Simpa afirmou que todos os dias do Sindicato seriam de luta. Com o slogan “Sem Assédio, Sem Mordaça”, a chapa se elegera e trouxe mudanças estruturais e políticas para o Sindicato. A gestão vai até 2019 e promete luta unificada, com a base, com as centrais sindicais, movimentos sociais e, principalmente, junto com a população.

A nova gestão teve início num período conturbado, com a tentativa de Marchezan de fazer o governo atrasar o pagamento do 13º salário, em dezembro de 2016. Em poucos meses, teve que arrumar a casa e organizar o enfrentamento político aos ataques da gestão. De imediato, aceitou o recolhimento do Imposto Sindical e investiu em áreas estratégicas: comunicação e publicidade e nas assessorias jurídica e do Dieese.

## LUTA JURÍDICA

A estratégia gerou mais fôlego ao Simpa nas lutas, que, em muitas vezes, teve de ser travada no campo judicial. Com o escritório Kauer Villar, as advogadas do Sindicato ficaram focadas nas ações trabalhistas dos servidores, enquanto o advogado Leonardo Kauer cui-

dava das medidas de combate aos ataques de Marchezan.

## COMUNICAÇÃO

Já na comunicação, a chegada de uma agência de publicidade possibilitou um novo site – mais moderno e acessível – e a criação de campanhas publicitárias para a data-base e para a greve de 40 dias, com spots circulando nas rádios e outdoors espalhados pela cidade. Somado a isso, a contratação de mais uma jornalista para a equipe de comunicação qualificou ainda mais o setor no Sindicato. Com três trabalhadoras, a categoria teve todos os momentos de atuação registrados e demandas de conteúdos, panfletos, faixas, cartazes, etc., atendidos.

Além dos serviços, a estratégia do diálogo e da composição tornou a direção do Simpa

## PARCERIA COM O DIEESE

Buscando capacitar e instrumentalizar os municipais em questões que envolvem receitas e finanças da Prefeitura, o Simpa firmou cooperação com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O acúmulo e capacidade técnica do Dieese possibilitou rebaatar informações do governo e fazer frente à narrativa da crise alardeada pelo prefeito.

forte. Hoje, o Sindicato faz parte de uma frente que reúne os principais sindicatos do município, a qual ele mesmo ajudou a fundar, e tem uma relação institucional saudável com a Câmara de Vereadores, palco de muitas batalhas da categoria.

Foto: Sílvia Fernandes



# MAIS DE 1.000 NOVAS FILIAÇÕES AO SIMPA

## SINDICATO PROVOU A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A categoria municipalária iniciou 2018 mais forte! Só no ano passado, o Simpa filiou mais de mil novos servidores. Desde a sua refundação, o Simpa mostra que está organizado para representar os municipais, mas precisa ampliar o número de filiados para enfrentar os crescentes desafios. É com a contribuição dos sócios que a direção pode contar com assessoria jurídica, equipe de comunicação e manter a estrutura do Sindicato, que, hoje, oferece serviços odontológicos e jurídicos aos associados.

Mais do que manter a estrutura, a unidade é necessária para fortalecer o enfrentamento à política de desmonte do serviço público e de retirada de direitos da categoria e da classe trabalhadora em todas as esferas do governo.

Após o golpe político sofrido no Brasil, em 2016, os direitos dos trabalhadores foram profundamente atacados. A Reforma Trabalhista de Michel Temer aprovou mudanças na jornada de trabalho, férias, remuneração e plano de carreira, precarizando, ainda mais, a situação dos trabalhadores. Com a reforma, o desconto do imposto sindical se tornou opcional e será preciso mais consciência de classe do que nunca para convencer os servidores e servidoras da importância de se filiar ao Sindicato na defesa da categoria.

Nesse sentido, a direção do Simpa comemora tantas filiações em tão pouco tempo. As adesões mostram que, mesmo com a atual crise de representatividade política,

é uma entidade com credibilidade, que defende seus associados e tem a confiança deles para seguir na luta por direitos e avanços na pauta dos municipais.

Foto: Mariana Pires



**[ Frente aos ataques, municipais respondem com organização e unidade na luta ]**

Foto: Mariana Pires



#LUTA NA CÂMARA E NA JUSTIÇA

# ARTICULAÇÃO NA CÂMARA PARA BARRAR PROJETOS

AO LONGO DO ANO, CATEGORIA DIALOGOU COM VEREADORES E CONSEGUIU O COMPROMISSO DE 22 DELES CONTRA O PACOTE

A necessidade de fazer frente aos ataques de Marchezan aos serviços públicos e seus trabalhadores fez com que o Simpa e os municípios traçassem uma estratégia de luta contemplando diferentes áreas de atuação.

Além de buscar mobilizar o maior número possível de servi-

dores, mostrando as perdas impostas pelo governo municipal, e dialogar com a população de diferentes formas a fim de explicitar o desmonte da cidade e como isso afeta sua vida no dia a dia, o Sindicato investiu também nas ações jurídicas e na articulação com a Câmara Municipal.

O diálogo com os parlamentares foi sendo feito ao longo de todo o ano, resultando em crescente disposição e compreensão dos vereadores para as causas da categoria. Essa articulação teve sucesso não apenas junto à oposição, mas também com vereadores independentes e mesmo do campo governista.

Este diálogo teve frutos importantes, influenciando nos debates sobre os parcelamentos, especialmente do 13º, na retirada do PL 02/17, que propunha acabar com a obrigatoriedade de reposição automática da inflação nos salários dos servidores públicos e, principalmente, na tramitação do pacote do Executivo.

Manifestações na Câmara, participação em reuniões de comissões e de lideranças, audiências públicas com a presença dos servidores, participação massiva e constante da categoria nas sessões plenárias e diálogo direto com os parlamentares foram fundamentais para conseguir o compromisso de 22 vereadores de derrotar os projetos de lei que alteram a carreira da categoria. Esta conquista barrou a tramitação no ano de 2017 e abriu novas perspectivas para as articulações para o ano de 2018, na busca pela retirada definitiva ou pela rejeição das propostas.



Foto: Ivam Martins



Foto: Sílvia Fernandes

**[ Manifestações na Câmara, plenário e dependências lotadas de municípios para dizer aos vereadores que os Projetos de Marchezan fazem mal para Porto Alegre ]**

# LEGALIDADE DA GREVE FOI GARANTIDA PELA LUTA JURÍDICA DO SIMPA

SEM PENALIZAÇÕES,  
GREVE MUNICIPAL  
SERVIU DE EXEMPLO PARA  
OUTRAS CATEGORIAS

Foto: Sílvia Fernandes

A Constituição Federal, em seu artigo 9º, e a Lei nº 7.783/89 asseguram o direito de greve a todo trabalhador brasileiro, competindo-lhe a oportunidade de exercê-lo sobre os interesses que devam, por meio dele, defender. No entanto, a perseguição aos grevistas e a criminalização dos movimentos sociais e sindicais geram apreensão dos trabalhadores na hora de deliberar um movimento de greve.

A greve de 2017 foi o último recurso dos municipais para enfrentar os ataques e retirada de direitos promovidos desde o início do governo Marchezan. Sem reposição da inflação e com a imposição de diversas medidas que desorganizam os setores de trabalho, os servidores estiveram quatro meses com o pagamento dos salários parcelados, mesmo com a decisão judicial que impede o parcelamento e a verificação de condições financeiras da Prefeitura para cumprir com a obrigação.

Para os sindicatos, a greve é a derradeira ferramenta utilizada na tentativa de negociação com o governo, justamente porque nenhum trabalhador quer deixar de realizar o seu serviço, mas sim, oferecê-lo da melhor maneira à sociedade. Mas, com tantos desmandos do prefeito, a categoria se viu sem outra opção, se não a de exercer o direito de parar.

A responsabilidade com que os servidores da Capital,



[ Uma aula de cidadania, em defesa da cidade e dos direitos dos trabalhadores ]

organizados pelo Simpa, conduziram o movimento de greve foi reconhecida pela população e pela Justiça do RS.

## DIREITO RECONHECIDO

Em decisão liminar, foi determinada a possibilidade de greve, mesmo nos serviços essenciais (assistência médica e hospitalar; comercialização e distribuição de medicamentos e alimentos; abastecimento de água; saneamento; captação e tratamento de esgoto e lixo). Não se incluem nestes a educação e a assistência social.

Em sua decisão, o desembargador Francesco Conti, relator do processo, determinou que a res-

trição de greve aplica-se somente aos serviços do DMLU, DMAE e Saúde (urgência e emergência), que devem ser mantidos com, no mínimo, 50% da força de trabalho. A liminar proibiu o corte do ponto dos servidores que não integram as situações acima citadas e autorizou o registro de ponto dos servidores que exerceram aquelas atividades. A multa estipulada por descumprimento foi reduzida para R\$ 50 mil.

Apesar de a greve ser um direito já adquirido, o reconhecimento do TJRS possibilitou a confiança da categoria em aderir à luta e garantiu 40 dias de intensa mobilização, sem penalizações.

# AÇÕES NA JUSTIÇA FORTALECEM A CATEGORIA

## VITÓRIAS JURÍDICAS SERVIRAM DE EXEMPLO À CIDADE

No último ano, a luta do Simpa esteve atrelada também ao campo judicial. Além das ruas e do diálogo institucional e com a sociedade, o Sindicato recorreu à Justiça para que a lei fosse cumprida e os direitos da categoria fossem garantidos, obtendo importantes vitórias contra o governo Marchezan. Confira algumas das principais ações do Sindicato:

### PARCELAMENTO DAS REMUNERAÇÕES

Mandado de segurança impetrado contra o Prefeito Nelson Marchezan Jr. e o Município, visando a abstenção do parcelamento, suspensão ou atraso dos salários e proventos dos servidores públicos municipais. A liminar, deferida com aplicação de multa, foi confirmada

em recurso. Sentença de procedência da ação. Aguarda o julgamento da apelação pelo TJRS.

### DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE DA GREVE

Pedido de declaração de legalidade da greve dos servidores municipais, requerendo liminarmente a abstenção do Município em cortar o ponto dos grevistas (abono de falta) e a garantia de paralisação, inclusive, dos serviços essenciais. A liminar foi deferida, a partir do reconhecimento, pelo relator, da justa causa do movimento.

### GRATIFICAÇÃO NATALINA

Ação pleiteando especificamente o pagamento do valor integral da gratificação natalina, com

pedido de bloqueio/penhora dos valores, até o dia 20 de dezembro de 2017, na forma da legislação municipal. A liminar foi indeferida.

### EMPRÉSTIMO JUNTO AO BANRISUL GRATIFICAÇÃO NATALINA

Ação judicial promovida pelo Sindicato para garantir que os servidores municipais pudessem contratar empréstimo junto ao Banrisul, independentemente de possuírem restrição de crédito, débitos e/ou demandas judiciais junto à instituição financeira. A liminar, deferida pelo plantão no recesso forense, viabilizou o empréstimo da gratificação natalina a um grande contingente de servidores; no entanto, foi cassada por decisão do relator junto ao TJRS.

## MUNICIPÁRIOS LUTAM CONTRA O PARCELAMENTO DO 13º

Antes mesmo de tomar posse, o prefeito Nelson Marchezan anunciou a ampliação do prazo e do valor do desconto do IPTU, contrariando a decisão do então prefeito, José Fortunati. Essa iniciativa poderia comprometer o pagamento dos salários de dezembro dos municipais. Com rápida organização e mobilização, o Simpa conseguiu o veto do Tribunal de Contas do Estado (TCE)

ao desconto de 15% no IPTU e Marchezan recuou. Os servidores municipais de Porto Alegre receberam, então, os salários

relativos ao mês de dezembro integralmente. Foi a 1ª vitória da categoria na defesa dos direitos e dos serviços públicos.

*[ Primeira batalha contra governo Marchezan teve vitória para a categoria ]*



Foto: Mariana Pires

### **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Mandado de segurança impetrado para impedir a redução ou cessação do adicional de insalubridade/periculosidade dos servidores vinculados à Secretaria Municipal da Saúde e à Secretaria Municipal de Obras e Viação. Liminar deferida parcialmente, para impedir a cobrança de valores retroativos.

### **MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Sindicato, em relação à Lei Complementar Municipal n. 818/17, que aumenta a alíquota do Previmpa de 11% para 14%. Requerida, a liminar ainda não foi apreciada pelo relator no TJRS.

termo de parceria entre a Fasc e o Instituto Pobres Servos da Divina Providência, dada a terceirização dos cargos de assistente social, educador social e psicólogo e a consequente precarização do serviço público. Liminares indeferidas. A demanda popular está em fase de instrução.

### **DIRETORA TÉCNICA DA FASC**

Ação popular questionando a nomeação da Diretora Técnica da Fasc, dada a ilegalidade do ato.

## **OUTRAS AÇÕES JUNTO A ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **AUDITORIA NAS CONTAS DA PREFEITURA**

Requerimentos ao Ministério Público de Contas e ao Tribunal de Contas do Estado para garantir o acesso às informações da Prefeitura, não disponíveis no Portal da Transparência, sobre as contas e finanças do Município.

O Tribunal de Contas decidiu-se pela realização de auditoria sobre as disponibilidades financeiras, em vista do pagamento dos salários dos municipais fora do prazo legal. A ação é resultado direto de denúncia apresentada pelo SIMPA.

### **PARCERIA IRREGULAR**

A realização de parceria ilegal entre o Município e empresa Cabify, como forma de coibir o legítimo exercício do direito de greve, na greve geral do dia 28 de abril, foi objeto de denúncia ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas.

### **CRIME DE DESOBEDIÊNCIA**

Oficiado pelo Poder Judiciário, a partir de requerimento do Simpa, o Ministério Público abriu procedimento para analisar o cometimento do crime de desobediência pelo Prefeito Nelson Marchezan Jr., pelo atraso/parcelamento de salários.

### **OSCIP COMUNITAS**

Dirigentes do Simpa e vereadores da bancada de oposição na Câmara de Vereadores propuseram Ação Popular para requerer a anulação do Acordo de Cooperação celebrado entre a OSCIP Comunitas e o Município. A liminar, deferida em primeira instância para suspender o acordo, foi confirmada pelo TJRS.

### **TERCEIRIZAÇÃO NA FASC**

Foram propostos mandados de segurança e ação popular, visando a suspensão imediata do

### **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Dirigentes do Simpa, juntamente com representantes de Ongs ambientalistas de Porto Alegre propuseram Ação Popular questionando as modificações na competência do licenciamento ambiental trazidas pela Lei Complementar Municipal n. 810/17. Com parecer favorável do Ministério Público à tese dos demandantes, o processo foi extinto pelo juízo de primeiro grau. Com o recurso, subiram os autos ao TJRS.

### **VICE-DIRETORES**

Foram propostos mandados de segurança e ações populares, articuladas pelo Simpa e pela Atempa, requerendo a anulação dos atos administrativos de dispensa dos 2ª vice-diretores das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Vereador Antônio Giúdice, Professor Anísio Teixeira, Afonso Guerreiro Lima e Loureiro da Silva. Liminares deferidas garantiram que vice-diretores retornassem às funções.

## #GREVE HISTÓRICA

# ATOS DE MOBILIZAÇÃO PREPARAM CATEGORIA PARA A GREVE

## MUNICIPÁRIOS DENUNCIAM ATAQUES DE MARCHEZAN AO SERVIÇO PÚBLICO E À CIDADE

Desde o início de sua gestão, Marchezan demonstrou seu desprezo pelo serviço público e seus trabalhadores. Intransigência; falta de diálogo com os servidores; medidas que desmontam a estrutura e precarizam a qualidade dos atendimentos em áreas sensíveis como saúde, educação e assistência social; desrespeito às reivindicações da categoria, especialmente no que diz respeito à data-base; projetos de lei que acabam com a carreira do funcionalismo e parcelamentos são alguns dos motivos que foram ampliando a insatisfação e a consequente mobilização da categoria contra a gestão. Tudo isso resultou numa série de atos e protestos, culminando na grande greve de 2017.

Em março daquele ano, centenas de profissionais da edu-

cação protestaram em frente à Smed contra as medidas autoritárias do prefeito Marchezan – entre elas o decreto 19.685/17. As medidas acabam com os projetos político pedagógicos e a gestão democrática nas escolas.

### DATA-BASE

No dia 19 de abril, os municipais pararam suas atividades para manifestar seu repúdio aos ataques do governo municipal à categoria e aos serviços públicos e, no dia 12 de junho, assembleia geral decidiu intensificar as mobilizações tendo como centro as reivindicações da data-base da categoria, entre elas a reposição da inflação sobre os vencimentos.

Como resultado, a categoria realizou um grande ato com cer-

ca de 5 mil pessoas, no Paço Municipal, no dia 1º de agosto. Dez dias depois, participou de protesto com mais de 10 mil pessoas contra os ataques de Marchezan ao meio passe estudantil e ao passe livre dos idosos e contra o sucateamento da frota de ônibus.

### PACOTE DE MALDADES

No dia 16 de agosto, outro grande ato reuniu milhares de servidores em frente à Prefeitura pela reposição da inflação e contra o pacote encaminhado pelo Executivo à Câmara no final de julho. Naquele momento, a categoria anunciou que, caso os projetos fossem mantidos, a greve seria deflagrada.

No dia 22, nova assembleia reafirmou a disposição de luta

Foto: Roselia Siviero



**[ Ato “Educação Toma Conta da Cidade” denuncia o desrespeito de Marchezan aos projetos político pedagógicos e à gestão democrática nas escolas ]**

contra os projetos e pela reposição, levando a diversas manifestações no dia 24, entre elas, uma vigília iluminada, à noite, no Paço Municipal. Destas atividades, derivou o grande ato da noite de 31 de agosto, quando mais de 5 mil trabalhadores e estudantes, em histórica unidade, se reuniram

no Paço Municipal para protestar contra os ataques de Marchezan.

### PRIMAVERA DE LUTAS

Frente à indiferença do governo municipal, mas relutando em impor à cidade os prejuízos que seriam provocados por

uma paralisação dos serviços, a categoria intensificou a agenda de mobilização, chamada de Primavera de Lutas. Uma agenda de atividades nos locais de trabalho e nos principais pontos da cidade, com objetivo de denunciar os efeitos perversos, tanto para os servidores quanto para a população, dos projetos que tramitam na Câmara.

Após a realização de caminhada luminosa, dia 21 de setembro, saindo do Paço Municipal até o prédio do Tribunal de Contas do Estado, a direção do Simpa entregou pedido de informação ao TCE, para que fosse esclarecida a situação financeira e os gastos com pessoal em Porto Alegre, uma vez que a suposta crise nas contas da cidade tem sido usada pelo governo municipal para justificar a política de desmonte dos serviços, os parcelamentos e a falta de reajuste salarial.

Em nove meses de luta, o diálogo com Marchezan Jr. não avançou em nenhuma das reivindicações dos municipais, levando à deliberação pela greve, a partir do dia 5 de outubro. A greve foi aprovada em uma assembleia massiva, no dia 29 de setembro, com a participação de mais de 3 mil servidores, iniciando um movimento histórico de luta para a categoria, com 40 dias de denúncia e protestos.



Foto: Tiago Morbach



**[ Antes mesmo de iniciar a greve, direção do Simpa e categoria intensificaram manifestações contra ataques do prefeito ]**



# DIÁLOGO COM A CIDADE E PARA A CIDADE

## ATACAR SERVIDORES É DIMINUIR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

O ataque aos municipais de Porto Alegre por parte do prefeito Marchezan reflete a sua política de redução e sucateamento dos serviços públicos, em especial nas regiões e setores mais sensíveis para a população.

Foto: Mariana Pires



Realizadas por região, as plenárias reuniram os trabalhadores de todas as secretarias, autarquias e fundações da Prefeitura, facilitando a integração e as ações conjuntas de mobilização.

Outro grande ganho foi a aproximação dos servidores e da população, de modo mais organizado, para dialogar sobre a qualidade no atendimento

*[ Sindicato organizou plenárias regionais para promover debate com a comunidade sobre defesa das políticas públicas, serviços e servidores ]*

a todos os cidadãos e cidadãs.

Os municipais estiveram em todas as regiões da cidade, no centro e nos bairros, esclarecendo a população – por meio de reuniões, panfleteações, apitaços e outras ações – sobre o desmonte da cidade promovido pela gestão Marchezan e o quanto as comunidades perdem com isso.

A luta municipal foi ampliada nos bairros, especialmente no segundo semestre e, quando a greve teve início, como necessária alternativa de luta. O apoio da comunidade e dos usuários fortaleceu a luta nas ruas e na Câmara de Vereadores. Exemplo disso, foi o abaixo-assinado dos moradores da região Glória, Cruzeiro e Cristal, em apoio à luta dos municipais.

## DESCASO DE MARCHEZAN COMPROMETE TAMBÉM A SEGURANÇA

Uma das áreas mais sensíveis à falta de atuação por parte do poder público é a segurança. Ainda que se trate de tarefa essencialmente de natureza estadual, aos municípios também cabem ações de caráter socioeconômico e educacional que mitiguem a violência, bem como a gestão da Guarda Municipal. O abandono da cidade por parte da gestão Marchezan resultou em uma série de ações e protestos por parte das comunidades e da categoria municipal

em busca de maior segurança.

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre o tema, o Simpa promoveu o painel “O Papel da Guarda Municipal na Segurança Pública e a Militarização em Questão”, no dia 25 de maio, com a participação de especialistas no assunto.

O Sindicato também participou de reunião do Fórum de Segurança da Restinga e cobrou ações para garantir a segurança dos profissionais e dos cidadãos da região, tais como a nomeação de servidores para as áreas

da educação e da assistência social e para a Guarda Municipal. O bairro é um dos que mais sofrem com a violência e uma de suas escolas, a EMEF Pessoa de Brum, em mais de uma ocasião foi atingida por tiros durante o horário de aula. O Simpa também denunciou a violência – das ruas e institucional – contra profissionais e usuários do SUS durante reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal (Cosmam), cobrando providências da Prefeitura.

# DISSÍDIO 2017: A BUSCA PELO CUMPRIMENTO DA LEI

## MARCHEZAN IGNORA DIREITO DOS TRABALHADORES E NÃO REPÕE A INFLAÇÃO

A luta para garantir o reajuste na data-base da categoria, no mês de maio, foi uma das mais importantes travadas no ano de 2017 e escancarou a falta de compromisso da gestão Marchezan com os seus trabalhadores.

A assembleia geral que aprovou a pauta da campanha salarial aconteceu no dia 4 de maio. Dentre as reivindicações, o reajuste salarial pelo IPCA integral, valorização profissional, defesa do Previmpa público,

manutenção da rotina escolar firmada em 2016, entre outras. O governo municipal mal recebeu a direção do Simpa para falar sobre a pauta. O ano terminou sem que sequer as perdas inflacionárias fossem repostas.

### PL 02/17

Em novo ataque ao funcionalismo, Marchezan apresentou à Câmara o Projeto de Lei 02/17, que retirava a obrigatoriedade de

reposição automática da inflação nos salários dos servidores públicos, alterando a lei municipal que reajusta os salários pelo IPCA e descumprindo a Constituição de 1988 que assegura a revisão geral dos salários, anualmente, no dissídio coletivo. A pressão da categoria e sua articulação junto aos vereadores levaram o Executivo a retirar o projeto da pauta da Câmara, numa importante vitória dos trabalhadores.

Foto: Mariana Pires



Foto: Tiago Morbach



## EM DEFESA DO NOSSO PATRIMÔNIO

Atividades no Ginásio Tesourinha em defesa da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer – que acabou sendo extinta junto com outras secretarias na reforma administrativa de Marchezan – e abraço ao Mercado Público mostraram à população o desejo dos municipais de defenderem o patrimônio público contra as privatizações e o desmonte da cidade, encampados pela atual gestão.



# PACOTE DE MARCHEZAN ACABA COM A CARREIRA DOS SERVIDORES

## CONJUNTO DE PROJETOS FOI O CATALIZADOR DA GREVE

No final de julho de 2017, mais um ataque de Marchezan Júnior à categoria: a apresentação de um pacote de projetos de lei que acabam com a carreira e os direitos do funcionalismo e reduzem os salários em até 50%, além de abrir caminho para a privatização do Dmae. No final do ano, Marchezan complementou o pacote com a apresentação do PL 15/17. Somados ao parcelamento de salários e ao descaso com a data-base, os projetos resultaram na mobilização massiva dos mu-

nicipários no segundo semestre, que levou à deflagração da greve.

Os projetos, se aprovados, também afetarão a economia da cidade. Levantamento divulgado pelo Simpa demonstrou a redução salarial dos municipais implicaria a retirada de R\$ 633 milhões de circulação da economia da cidade e representaria a queda de 2,3% do PIB, podendo resultar na destruição de mais de 38 mil empregos no estado, dos quais 24 mil somente na capital.

### O QUE DIZEM OS PLS

**PL 07/17** - Extingue a licença-prêmio

**PL 08/2017** - Altera a data de pagamento dos salários e aposentadorias para o 5º dia útil do mês seguinte. O pagamento do 13º salário passa para o 5º dia útil do ano seguinte, podendo ter parcela antecipada.

**PL 10/2017** - Possibilita a privatização do Dmae por meio de parceria público-privada.

**PL 11/2017** - Altera concessão e revogação de regimes especiais de trabalho (RDE, RTI, RST, RCT) e substitui avanços de 5% a cada triênio por avanços quinquenais de 3%.

**PL 15/2017** – Muda a carga horária de trabalho dos municipais para 40 horas semanais.

## POSSIBILIDADE DE PRIVATIZAÇÃO DO DMAE GERA INDIGNAÇÃO

O Dmae corre risco de ser vendido à iniciativa privada se passar na Câmara o PL 10/17, uma proposta injustificada quando analisamos o papel do Departamento. O Dmae é superavitário e arrecada R\$ 50 milhões por mês, auxiliando historicamente a Prefeitura quando necessário. Ele atende 100% da população urbana com água tratada e tem capacidade para tratar 80% do esgoto. Sua privatização entregaria este importante patrimônio à iniciativa privada e resultaria no aumento da tarifa para a população.

Por isso, seus trabalhadores e o Simpa realizaram uma série de atividades em sua defesa.

Uma delas foi o abraço simbólico dos funcionários ao Dmae da Av. 24 de Outubro, no dia 17/08, ato que reuniu trabalhadores, lideranças, ex-prefeitos e ex-diretores do departamento.

No dia 13/09, uma caminhada, partindo do Dmae Princesa Isabel até a Av. Ipiranga com a Silva Só, reuniu centenas de trabalhadores do Dmae, DMLU e Demhab. Outros protestos foram realizados ao longo da greve e, no dia 15/12, os servidores fizeram festa colaborativa para comemorar os 56 anos do departamento com a presença de funcionários, vereadores e ex-diretores, todos unidos contra a privatização.

Foto: Mariana Pires



**[ Abraço simbólico dos funcionários ao Dmae da Av. 24 de Outubro, no dia 17/08, ato que reuniu trabalhadores, lideranças, ex-prefeitos e ex-diretores do departamento ]**

# GREVE HISTÓRICA MOBILIZA MILHARES DE MUNICIPAÍRIOS

## DURANTE 40 DIAS, CATEGORIA TOMOU AS RUAS E A CÂMARA EM DEFESA DE SEUS DIREITOS E DA CIDADE

O processo de mobilização dos municipais contra os ataques de Marchezan aos serviços públicos e aos seus direitos culminou na maior e mais longa greve da história dos municipais de Porto Alegre. A decisão foi tomada durante assembleia geral, no dia 29 de setembro, no Largo Zumbi dos Palmares, com a presença de mais de 3 mil pessoas. A greve teve início no dia 5 de outubro e foi suspensa no dia 13 de novembro.

A paralisação foi a única alternativa encontrada pela categoria para enfrentar a intransigência, o autoritarismo e a política de Estado mínimo da atual gestão traduzidas em medidas administrativas contrárias aos interesses da população, na falta de diálogo com os trabalhadores com relação ao reajuste anual, nos sucessivos parcelamentos e no conjunto de projetos que acabam com a carreira do funcionalismo.

Durante os 40 dias de greve, a categoria se mobilizou em piquetes e plenárias nos locais de trabalho e em atos, protestos e panfleteações pelas ruas da cidade com o objetivo de unir cada vez mais a categoria e conscientizar a população sobre o que a gestão Marchezan repre-

senta de perdas para a cidade.

Além disso, os municipais e o Simpa ocuparam a Câmara em diversos momentos e dialogaram com os vereadores a fim de sensibilizá-los contra os projetos. Também teve papel estratégico o setor jurídico do Simpa, que atuou no sentido de garantir o direito dos trabalhadores à manifestação. Importante salientar que em todo o processo da greve, os serviços essenciais foram mantidos, sem prejuízo à população.

Como resultado deste amplo processo, a categoria conseguiu o apoio da população e de boa parte dos vereadores, barrando a tramitação dos projetos no ano de 2017, além do compromisso dos parlamentares de manter a posição contrária aos PLs.



*[ Assembleia geral do dia 29 de setembro, no Largo Zumbi dos Palmares, delibera início da greve ]*



*Foto: Mariana Pires*

Foto: Mariana Pires



**[ Mais de três mil municipais entram em greve com caminhada do HPS ao Paço Municipal ]**

Foto: Mariana Pires



**[ No 2º dia de greve, nem a chuva desmobilizou a categoria, que protestou no centro da cidade ]**

Foto: Mariana Pires



**[ Hospital Materno Presidente Vargas foi ponto de mobilização permanente na greve, devido à tentativa de privatização do local ]**

Foto: Priscila Lobregatte



**[ Ato unificado reuniu CTB, CUT, CSP Conlutas, Intersindical, CSB, NCST, CGTB e UGT em apoio às greves municipal e estadual ]**

Foto: Sílvia Fernandes



**[ Municipários pressionam e conseguem uma reunião com o prefeito, vereadores e comando de greve ]**

Foto: Mariana Pires



**[ Grevistas caminham do Dmae da Av. Princesa Isabel até o centro de Porto Alegre ]**

Foto: Sílvia Fernandes



**[ Municipários em greve abraçam a Carris contra a privatização da empresa ]**

Foto: Mariana Pires



**[ Piquetes nos locais de trabalho garantiram mobilização permanente até o final da greve ]**

Foto: Priscila Lobregatte



**[ Massivas caminhadas pelo Túnel da Conceição tornaram-se um símbolo da luta municipal ]**

Foto: Mariana Pires



**[ Vereadores recebem categoria e assumem compromisso de não votar o PL 11 ]**

Foto: Mariana Pires



**[ Após 40 dias, assembleia geral da categoria suspende a greve e deflagra estado de greve ]**

# RETIRADA DO PL 11 SUSPENDE GREVE, MAS LUTA CONTINUA

A mobilização dos grevistas fez o prefeito recuar e retirar de tramitação o PL 11/17, o que mais prejudica a carreira. Em reunião com o Simpa e comando de greve, Marchezan acordou em criar um grupo de trabalho, junto com os servidores, para a construção do teor do projeto.

Além disso, 22 vereadores

assinaram documento se comprometendo com a rejeição dos demais projetos que destroem o funcionalismo. Dessa forma, três mil municipais votaram, em assembleia geral do dia 13/11, pela suspensão da greve e manutenção do estado de greve, entendendo que a defesa dos direitos será perma-

nente. A greve foi comemorada e avaliada como vitoriosa pela grande maioria da assembleia.

Para manter a categoria unida, celebrar o Dia do Servidor e da Servidora Pública (dia 28 de outubro) e defender a cidade, os municipais realizaram, um ato-show, no dia 18/11, no Parque da Redenção.

## ASSEMBLEIA GERAL INTERROMPE PROCESSO E DECIDE PELO ESTADO DE GREVE

# PREFEITO NÃO CUMPRE A PALAVRA

## DESARQUIVAMENTO DO PL 11 E PARCELAMENTO DO 13º GERAM REVOLTA

Para combater a ameaça de parcelamento do 13º salário, novamente os municipais realizaram uma vigília no Paço Municipal, em 13/12. O ato ganhou outro caráter com a notícia do desarquivamento do PL 11, solicitado por Marchezan à Câmara, naquele mesmo dia. Imediatamente, o Simpa convocou a categoria para mobilização. No dia 14/12, os municipais foram à Câmara de Vereadores contra o PL 11 e realizaram uma assembleia geral, no dia 15/12, que votou pela retomada da greve, a partir do dia 20.

Antes mesmo da retomada, foi necessária a presença de centenas de servidores na Câmara. Eles ouviram o chamado do Sindicato e pressionaram os vereadores a votarem contra o PL 11, nos dias 18 e 19. No primeiro dia de greve, os municipais volta-

ram a ocupar a Câmara e conseguiram que o PL 11 fosse retirado da ordem do dia, jogando para 2018 sua tramitação. Ainda naquele dia, foi publicado o decreto sobre o empréstimo do 13º.

No segundo dia de retomada da greve, municipais realizaram ato, em frente ao Paço Municipal, para exigir o pagamento do 13º salário para toda a categoria, como foi previsto no projeto de lei do Executivo que dispõe sobre o pagamento via empréstimo bancário ou parcelado em dez vezes, a partir de fevereiro de 2018.

Com a suspensão da votação do PL 11, a assembleia dos municipais, realizada no dia 21/12, decidiu novamente suspender a greve e manter estado de greve, deixando a categoria mobilizada e alerta a qualquer chamado do Sindicato.

## PERSEGUIÇÃO NO PÓS-GREVE

No final de dezembro, o Simpa protocolou, na Câmara de Vereadores, ofício denunciando ao presidente da Casa e à Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos os novos ataques aos servidores deferidos pela Prefeitura, no período pós-greve.

O ofício apontou, entre outras questões, a supressão de regimes de trabalho e funções gratificadas de servidores sem motivo aparente e sem que houvesse prejuízo ao serviço público. Também informou que o governo atrasou o pagamento do vale-alimentação, horas extras e férias, assim como descontou os vales de quem aderiu à greve.



Foto: Sílvia Fernandes

[ Vigília na Câmara para barrar a tramitação do PL 11/2017, cobrando que os vereadores mantenham o compromisso com a categoria municipal e com a cidade ]

# CÂMARA APROVA PROJETO PARA AUMENTAR REPRESSÃO ÀS MANIFESTAÇÕES

AO INVÉS DE DIALOGAR, EXECUTIVO PREFERE ATACAR MOVIMENTOS SOCIAIS

Na última sessão plenária de 2017 da Câmara, foi aprovada matéria que amplia os poderes repressores da Guarda Municipal contra manifestantes e cria mecanismos para dificultar a realização de protestos em locais públicos. Com o Projeto de Lei 06/17, transformado na lei 832/18, Mar-

chezan promove mais um ataque ao funcionalismo ao legitimar a violência das forças de segurança.

Na sessão, os municipais lotaram a Câmara pedindo a rejeição do projeto por seu caráter antidemocrático e repressor, mas não foram ouvidos.

Mais uma vez, a gestão Mar-

chezan se mostra autoritária. Ao invés de dialogar com os servidores, o Executivo prefere reprimir com violência, acionando a Ronda Ostensiva Municipal (Romu) sempre que os trabalhadores estão exercendo a manifestação, como ocorreu na greve geral de 28 de abril e na greve dos municipais.



#LUTA NA RUA

# SIMPA NAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA

SINDICATO MOBILIZA CATEGORIA CONTRA ATAQUES E REFORMAS QUE RETIRAM DIREITOS DO POVO

A defesa dos direitos da classe trabalhadora brasileira também é foco da atuação do Simpa. O Sindicato entende que a ampla união de todos os trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, especialmente num cenário marcado por tantos retrocessos, é fundamental para barrar o processo de ataques promovidos pelo governo ilegítimo de Temer, bem como por Sartori e Marchezan.

Partindo desta compreensão, o Simpa tem participado e mobilizado a categoria a estar presente em alguns dos principais atos realizados no último período. Já sob a nova direção, no final de 2016, o Sindicato aderiu às jornadas contra a PEC da Morte, que congelou os investimentos públicos por 20 anos.

As reformas trabalhista e da Previdência, que acabam com a CLT e com a possibilidade de uma aposentadoria minimamente digna para o nosso povo, bem como as terceirizações, também mobi-

lizaram a categoria. Já no começo de 2017, quando da primeira visita do ilegítimo presidente Temer ao Rio Grande do Sul, o Simpa mobilizou os municipais, que foram às ruas da capital demonstrar seu repúdio às reformas.

Também contra as reformas, os municipais e municipais aderiram à greve geral de 28 de abril de 2017 e, ao protestarem em frente à Secretaria Municipal de Administração (SMA), foram agredidos por guardas municipais da Romu. Doze trabalhadores, atingidos com cassetadas e gás de pimenta, foram levados ao HPS, onde fizeram um boletim de ocorrência coletivo, responsabilizando Nelson Marchezan Jr. pela agressão.

A categoria também participou massivamente da greve geral do dia 30 de junho, bem como do Dia Nacional de Lutas contra as Reformas, em 10 de novembro, e do Dia Nacional de Lutas contra a Reforma da Previdência no dia 5 de dezembro.



*[ Categoria decide em assembleia sua adesão à Greve Geral contra as reformas e soma forças na luta unificada da classe trabalhadora. Também fortaleceu a defesa do meio passe e da segunda passagem no transporte público ]*

**A LUTA  
FICA MAIS FORTE  
COM A TUA  
VOZ**

**FILIE-SE AO SIMPA**

[simpa.org.br](http://simpa.org.br)

[www.facebook.com/simpapes](https://www.facebook.com/simpapes)

**Simpa**



# PELA IGUALDADE, CONTRA O PRECONCEITO

Outra importante frente de luta encampada pelo Simpa é a dos direitos humanos e individuais, em defesa da igualdade, da diversidade e contra o preconceito em todas as suas manifestações. Por isso, o Sindicato estimula a participação da categoria em vários atos com essa abordagem.

O Simpa tem estado presente nas manifestações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, em defesa da igualdade de gênero,

contra o machismo, a violência e a opressão. A Marcha Zumbi-Dandara, em comemoração ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e contra o racismo, a Parada Livre LGBT, pelo direito à diversidade sexual e de gênero, a defesa dos índios Mbya Guarani e a manifestação contra o fechamento da exposição Queer museu, no Santander Cultural, também contaram com a participação dos municipais e municipais.



[ 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, Marcha Zumbi e Dandara pelas ruas de Porto Alegre ]

Foto: Priscila Lobregatte



Foto: Silvia Fernandes



[ 8M Caminhada das Mulheres Campo e Cidade ]

Foto: Priscila Lobregatte



[ Parada LGBT ]

**SIMPA – LUTA E RESISTÊNCIA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DA CIDADE**  
**é uma publicação do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - SIMPA**

Rua João Alfredo, 61 - Porto Alegre/RS  
CEP 90050-230 - Fone: (51) 3228.2325  
**www.simpa.org.br**  
**simpa@simpa.org.br**

**GESTÃO 2016- 2019**

**Diretora Geral:** Luciane Pereira da Silva  
**Diretor Geral:** Alberto Moura Terres  
**Diretor Geral:** Jonas Tarcísio Reis  
**Diretor Administrativo:** Hamilton Fernando Pessoa Farias  
**Diretor Financeiro:** Adelto Rohr  
**Diretor Financeiro Adjunto:** Talito Francisco Halberstadt  
**Diretor de Comunicação:** Ivam Martins de Martins  
**Diretor de Comunicação Adjunto:** Josué Fernandes Carvalho  
**Diretor de Formação Sindical:** Rodrigo de Barcelos Rodrigues  
**Diretora de Formação Sindical Adjunta:** Roselia Siviero Sibemberg  
**Diretor de Assuntos Jurídicos:** Luan Castilhos Sanchotene  
**Diretor de Assuntos Jurídicos Adjunto:** Laudenir Machado Figueiredo  
**Diretora de Saúde do Trabalhador:** Onéia da Silva Machado  
**Diretora de Saúde do Trabalhador Adjunta:** Rita Buttes da Silva  
**Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** Jose Francisco Espírito Santo  
**Diretor de Ações de Combate à Opressão:** Carlos Geovani Ramos Machado  
**Suplentes:** Ignez Maria Serpa Ramminger e Adroaldo Bauer Spindola Corrêa

**EXPEDIENTE**

**Coordenação:** Ivam Martins de Martins  
**Edição:** Adroaldo Bauer Spindola Corrêa (jornalista - Mtb 4126)  
**Redação:** Mariana Pires (jornalista - Mtb 18419) e  
Priscila Lobregatte (jornalista - Mtb 46752)  
**Projeto gráfico/diagramação:** Silvia Fernandes (jornalista - Mtb 11137)  
**Capa e anúncios internos:** Veraz Propaganda  
**Exemplares:** 3.000  
**Impressão:** Gráfica Data Certa  
**Data de fechamento da edição:** 20/04/2018  
**comunicacao@simpa.org.br**

# O DMAE É DE PORTO ALEGRE.



O Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre é patrimônio da cidade e é fundamental para garantir a qualidade da água que os cidadãos bebem, portanto não pode estar submetido à busca pelo lucro. E mais, o DMAE é superavitário, ou seja, ele não dá prejuízos ao município. Simpa, em defesa do DMAE público e de qualidade.

**NÃO À  
PRIVATIZAÇÃO  
DO  
DMAE**

# A LUTA

## FICA MAIS FORTE

### COM A TUA

# VOZ

## FILE-SE

Servidor e servidora. Porto Alegre precisa de ti.  
A categoria municipal, unida, tem mais força.  
Se organiza em defesa da cidade.  
Se mobiliza pelo serviço público de qualidade.  
Se manifesta pela classe trabalhadora.  
Hoje somos fortes. Com você, seremos ainda mais.  
Nossa união faz Porto Alegre. File-se ao Simpa.

**Simpa**  
Sindicato dos Municipais  
de Porto Alegre



[www.simpa.org.br](http://www.simpa.org.br)



[@simpa.sindicato.municiparios](https://www.facebook.com/simpa.sindicato.municiparios)



[www.flickr.com/photos/simpapoa](https://www.flickr.com/photos/simpapoa)



[simpa@simpa.org.br](mailto:simpa@simpa.org.br)